

Henrique Neto (texto)

Há muito tempo que tenho a consciência plena de que a educação representa o maior fracasso da democracia portuguesa desde o 25 de Abril e de que esse facto deveria ser estudado de forma científica, porque da sua clarificação dependerá muito da resolução do problema educacional em Portugal. Fazendo notar, que só se resolvem os problemas que aceitamos que existem e a negação, total ou parcial, da realidade, impede, naturalmente, a sua superação. Foi com esta convicção que em 2002 escrevi, com o professor Carlos André e o arquitecto Pereira da Silva, uma moção de estratégia que apresentámos ao XIII Congresso do Partido Socialista e que começava no seu capítulo sétimo, subordinado ao tema “Educação para o desenvolvimento e para a cidadania”, da seguinte forma: “Já muito foi dito e escrito sobre a educação em Portugal, sem que se tenha chegado ainda a uma estratégia educativa clara e estável, que evite passarmos a vida com o sistema educativo em permanente fase experimental, a ponto da curta vida de cada solução encontrada impedir o julgamento objectivo dos seus méritos. O que provoca um sentimento geral de desorientação e de anarquia, em que todas as teses são possíveis e nenhuma é demonstrável.”

Acrescentámos depois: “Assim sendo, que quaisquer novas propostas tratem do essencial, daquilo que seja determinante para um grande salto em frente no nosso processo de desenvolvimento, o que passa por uma prioridade absoluta ao objectivo de criar condições de ensino com sucesso a cerca de um terço da sociedade portuguesa, constituído pelas famílias mais pobres. Sem que isso seja feito, poderemos até ter boas escolas, bons professores e, no limite, um bom sistema de ensino, mas não teremos nunca um País moderno, uma economia competitiva e uma sociedade feliz. Ou seja, um bom sistema de ensino, para o ser, tem de devotar a sua atenção aos elos mais fracos da cadeia, o que deve ser a área de intervenção privilegiada do Estado. Sabemos que isso não tem sido feito, porque tendo o Estado recursos limitados, os tem consumido, principalmente, para satisfazer os sectores da sociedade mais reivindicativos e mais poderosos, onde o ensino superior assume o papel principal. E se é verdade que não podemos descurar a formação de elites altamente qualificadas, essenciais ao nosso processo de desenvolvimento, também não deixa de ser verdadeiro que existem outras vias para o conseguir, nomeadamente convidando as famílias dos outros dois terços da sociedade a assumir um papel mais determinante na educação superior dos seus filhos, seja através do ensino privado, seja através de propinas no ensino público. Com a nota de que o Estado deve, através da concessão de bolsas de estudo, assegurar a entrada no ensino superior dos jovens oriundos das famílias mais pobres, que tenham obtido, nas fases anteriores de ensino, a necessária qualificação. O que não podemos continuara a aceitar é que, sob a falsa capa do ensino universal e gratuito, se estejam a perpetuar desigualdades gritantes e a marginalizar socialmente sectores inteiros da sociedade, o que prejudica todos os portugueses, de todos os níveis económicos, e o desenvolvimento sustentado do País.”

Acresce ao que então foi escrito que as sucessivas reformas do ensino eliminaram toda a exigência,- condição natural para a qualidade - e desenvolveram um idealismo educativo ignorante e fazedor de ignorantes, envolvido num “eduquês” generalizado,

falacioso e inoperante. O que não aconteceu apenas em Portugal, mas também, segundo parece, na Alemanha, onde encontrei recentemente um combate muito duro aos mesmos malefícios num livro do professor Dietrich Schwanitz, com o título “Cultura”. Livro onde, por exemplo, se lamenta que “em vez de socializarem academicamente as novas massas, as universidades massificaram-se.”. No mesmo livro li, para minha surpresa, muitas teses que podem ser rigorosamente aplicadas ao nosso sistema de ensino e que, como cidadão e empresário, subscrevo sem qualquer hesitação. Por exemplo, cito: “temos de esquecer a imbecilidade com que os reformadores do ensino entrecortaram a ordem cronológica enquanto fio condutor do ensino da História, tendo-a substituído por escombros desconexos como unidades de ensino, sobre o “castelo medieval” ou “o cultivo do arroz no Vietname”. Ou noutra passagem em que é tratada a ausência de treino da linguagem escrita: “Como sabemos, a linguagem escrita é muito mais exigente no que toca aos requisitos lógicos, ao ordenamento das ideias, à correcção da sintaxe, à estrutura do texto, ao nexos entre as frases e à plausibilidade geral. Mas o modo de o fazer nem sequer é abordado no âmbito do curso, e mesmo um bom domínio da língua alemã não é coisa que se aprenda na própria universidade.” Tudo desvios gravíssimos do bom ensino em Portugal e, aparentemente, também na Alemanha, ainda que, provavelmente, com menos efeito, para já, na qualidade geral do ensino e na competitividade da economia.

A metodologia do ensino em Portugal tem vindo a assumir a dispensabilidade da linguagem escrita, na vida académica e profissional também se deixou de escrever e o efeito mais trágico deste mau ensino do último quarto de século é, sem dúvida, a total ausência de cultura científica dos nossos licenciados e bacharéis, com resultados demolidores na sua qualificação profissional, na produtividade das empresas e na competitividade do País. Basta ler jornais, ver televisão, estudar os problemas das empresas e analisar os bloqueios institucionais, para compreender a incapacidade geral de medir os fenómenos, de hierarquizar as dificuldades, de sistematizar as propostas e de organizar de forma sistémica as soluções. A tendência geral vai para a verborreia desconexa, para os erros de dimensão e de qualidade e para negar a evidência da incapacidade própria através da criação de inimigos externos causadores de todos os problemas. Em resumo, o ensino em Portugal precisa, urgentemente, de aprender a pensar.